



TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO

1. DO OBJETO:

Contratação de empresa, para execução de serviços de impressão de mapas, projetos e afins em grande formato para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras Públicas.

1.1 Objetivos específicos:

Atender a demanda de plotagens em grande formato da Secretaria Municipal de Obras Públicas, quanto a projetos, mapas e afins, sendo traços com ou sem preenchimento, hachuras, tracejados nas cores preta ou colorida e eventualmente impressão colorida de imagens e/ou fotografias presentes nas pranchas dos projetos e mapas.

1.2. Quantidade:

8.000,00 (oito mil) metros quadrados.

2. DA JUSTIFICATIVA:

Atualmente a Prefeitura Municipal de Dourados possui vários convênios, contratos de repasse e propostas firmadas com os diversos Ministérios e Estado, com a finalidade de captar recursos federais e estaduais para diversos fins, sendo que grande parte desses contratos e propostas são o principal meio pelo qual, muitos dos serviços e obras de melhorias são executados.

Diante da grande demanda que já se encontra em execução e ainda, da captação de novos recursos para futuros projetos que se pretende pleitear junto à esfera federal, os serviços de impressão pretendidos propõem-se a dar suporte no envio dos projetos necessários à análise e aprovação de convênios e propostas firmadas com as demais esferas de governo, além de projetos próprios da administração municipal.



3. DA MODALIDADE E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade de Pregão na forma presencial, pois os serviços são considerados “comuns”, bem como se enquadram na classificação dos termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei 10.520/2002 e encontra respaldo institucional conforme previsão orçamentária e compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA), o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002.

4. DO ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE SELEÇÃO

Os serviços que compõem o objeto da licitação, têm a natureza comum, pois podem ser objetivamente especificados por meio de padrões usuais no mercado, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520,02.

A contratação do presente objeto será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma presencial e terá como tipo o “Menor Preço Global”. O critério para a adoção dessa forma de contratação se dá por conta de que o último Certame Licitatório, através do Pregão Eletrônico nº 015/2020 resultou fracassado. Ademais, a forma presencial visa subsidiar o tratamento diferenciado à ME/EPP/MEI, com a aplicação de benefício quanto margem de preferência, pois conforme disposto na legislação (LC 331/2017, art. 67, § 7º) para viabilização da promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

5. DO PRAZO:

Embora a vigência contratual fique adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, o contrato poderá ter sua vigência prorrogada nos termos do que dispõe o Art. 57 da Lei 8.666/1993, no interesse da Administração Pública.

6. DA SOLICITAÇÃO, FORNECIMENTO, CONDIÇÕES E ACEITAÇÃO:



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

- 6.1. A solicitação de execução dos serviços ocorrerá mediante a emissão de requisições específicas, emitidas pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, indicando os serviços e as quantidades, que serão encaminhadas através de correspondência eletrônica (e-mail).
- 6.2. Todos os projetos, mapas entre outros deverão ser entregues devidamente cortados e dobrados, com boa visibilidade, legibilidade e compreensão.
- 6.3. Qualquer serviço solicitado que não atenda às exigências acima será recusado ou devolvido; devendo a Contratada realiza-lo novamente de imediato.
- 6.4. As impressões deverão ser entregues no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Contratante.
- 6.5. As impressões deverão ser entregues no CAM: **Rua Coronel Ponciano nº 1700, Parque dos Jequitibás - Bloco "A" - Secretaria Municipal de Obras Públicas.**
- 6.6. A CONTRATADA deverá fornecer todo o material de consumo, insumos, acessórios e mão-de-obra necessários para a execução dos serviços;
- 6.7. Dada a característica dos serviços e os prazos dispostos, a CONTRATADA deverá, preferencialmente, estar instalada no Município de Dourados-MS;
- 6.8. O produto deste serviço será considerado com qualidade para aceitabilidade se atender os seguintes critérios:
- a) O documento impresso puder ser lido sem perda de informação, em qualquer uma de suas faces;
 - b) O documento impresso de forma colorida expressar corretamente as cores do documento original;
 - c) O documento impresso não possuir amassados, dobras ou rasgos não previstos;
 - d) O documento impresso não possuir manchas ou falhas de impressão e correto posicionamento da imagem impressa em relação a arte final;
 - e) Qualidade de fixação da tinta não permitir que seu manuseio manche o documento impresso.



7. DA FORMA DE PAGAMENTO:

7.1. Os pagamentos ocorrerão mensalmente através de Boletins de Medição, de acordo com a quantidade de serviços realizados;

7.2. O pagamento será efetuado em favor da adjudicatária por meio de Ordem Bancária em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente; juntamente com as certidões negativas de débito União, Estado e Município, devendo para isso ficar especificado, o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o Crédito.

7.3. A Contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos quando da execução dos serviços.

I. **03 (três) vias da Autorização de Fornecimento** encaminhada pela Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado;

II. **Nota Fiscal** gerada pelo fornecimento das quantidades de serviços executados solicitadas na AF. Caso a quantidade entregue seja menor da requerida na AF pela Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, o motivo da não execução dos serviços solicitados, os quais serão analisados pela Secretaria e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;

III. **Certidões Negativas de Débitos:** da União (Secretaria de Receita Federal, INSS e FGTS), do Estado e Município (IPTU e ISS) e Certidão de Débitos Trabalhistas (Justiça do Trabalho). Todas as certidões deverão estar dentro do prazo de validade.

7.4. No caso da Contratada ser optante do SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a nota fiscal a declaração em obediência ao inciso XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11/01/2012, e Anexo IV da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.244, de 30/01/2012, conforme modelo apresentado no Apêndice “A”, devidamente assinada pelo responsável e no original.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

08.00. – Secretaria Municipal de Obras Públicas

08.01. – Secretaria Municipal de Obras Públicas

04.122.011. – Programa de Gestão Administrativa

2.029. – Coordenação e Desenv. Atividades da Secretaria Municipal de Obras Públicas

3.3.90.39.00. – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

9. DO VALOR:

O valor dos serviços, com base na média orçamentária das cotações realizadas fica estimado conforme abaixo:

Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
8000	Metros	R\$ 11,96	R\$ 95.680,00

10. DO REAJUSTE:

Os preços são irreeajustáveis no prazo inferior a 12 (doze) meses contados a partir da data-limite de apresentação da proposta comercial, sendo que os valores estipulados para os serviços poderão ser reajustados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IGP-M/FGV, após o citado período.

11. DA GESTÃO DO CONTRATO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93, a gestão e a fiscalização do Contrato será realizada pelos Servidores **Geane Benites Carvalho** e **Rudinei Lopes Magalhães Silva**, de forma a assegurar o perfeito cumprimento, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da adjudicatária:

- I. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços;
- II. Arcar com todas as despesas operacionais, necessárias à execução dos serviços objeto da licitação;
- III. Executar a os serviços e entrega através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo o Município exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente, obrigando-se, também, a indenizar o Município por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem;
- IV. Dar ciência a Secretaria Municipal de Obras Públicas, imediatamente, e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na integra solicitadas;
- V. Executar os serviços solicitados de acordo com a descrição.
- VI. Responsabilizar integralmente pela execução dos serviços, nos termos da legislação vigente;
- VII. Executar e entregar os serviços de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Obras Públicas, dentro dos prazos, locais e quantidades estabelecidos neste Termo;
- VIII. Ser zeloso na execução e entrega, de maneira a não por em risco à saúde dos seus agentes e servidores;
- IX. A adjudicatária deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- X. A adjudicatária deverá responsabilizar-se por qualquer acidente que venha ocorrer com seus empregados.
- XI. Executar e entregar os serviços no tempo, lugar e forma restabelecidos no contrato;
- XII. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação de serviços, sem prévia autorização do contratante;



XIII. Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação. A ausência da regularização, na forma da legislação em vigor, acarretará a suspensão do pagamento.

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da Contratante:

- I. Elaborar as Notas de Empenhos e as Ordens de Fornecimento, determinando as quantidades a serem executadas;
- II. Exercer a fiscalização da execução dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
- III. Proporcionar a Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a execução dos serviços;
- IV. Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados;
- V. Efetuar os pagamentos nos prazos e condições pactuados;
- VI. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da licitação, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões da mesma;
- VII. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a Contratada executar fora das especificações do Edital e seus anexos;
- VIII. Aplicar a Contratada as sanções regulamentares e contratuais;
- IX. Rejeitar, no todo ou em parte, a execução dos serviços em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada;
- X. Assegurar, quando necessário, o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que deve ser realizada a entrega dos serviços solicitados.

13. DAS PENALIDADES



Em caso de inexecução das obrigações contratadas, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas na fase licitatória ou de execução contratual, a Contratada estará sujeita às penalidades e sanções discriminadas na Minuta de Contrato.

14. DOS ANEXOS


Apêndice “A”: Declaração IN RFB nº 1.244/2012.

Apêndice “B”: Requisição de Serviços.

15. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Por fim, registra-se que o presente Termo de Referência foi elaborado pelos servidores Rudinei Lopes Magalhães Silva, matrícula funcional nº 501.943-1 e Geane Benites Carvalho, matrícula funcional nº 114766031-6 na qual ratificam as informações nele contidas atestando sua veracidade, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo submetido à consideração e aprovação pelo Ordenador de Despesa, visando à instauração do processo licitatório.

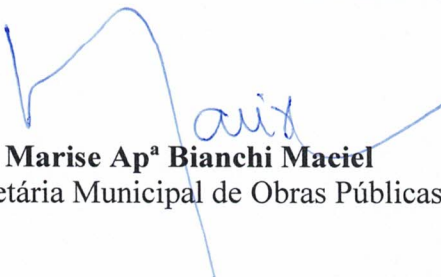

Rudinei Lopes Magalhães
CPF: 008.744.711-84
Secretaria Municipal
de Obras Públicas


Geane Benites Carvalho
CPF: 027.678.471-58
Secretaria Municipal
de Obras Públicas

16. DA APROVAÇÃO

3.1. Aprovo o presente Termo de Referência conforme as justificativas apresentadas e autorizo o encaminhamento para continuidade do processo licitatório.

Dourados/MS, 16 de julho de 2020.


Marise Apª Bianchi Maciel
Secretária Municipal de Obras Públicas



APÊNDICE "A"

MODELO DE DECLARAÇÃO

**DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE
DO INCISO IV DO ART. 4º**

(Redação dada pela Instrução Normativa RFB n.º 1.244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide art. 3º da IN RFB n.º 1.244/2012)

Prefeitura Municipal de Dourados

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n.º.....
DECLARA à **Prefeitura Municipal de Dourados**, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - **Simples Nacional**, de que trata o art. 12 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

- I. Preenche os seguintes requisitos:
 - a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco anos), contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

- b) Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;
- II. O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n.º 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei n.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável



APÊNDICE “B”

MODELO DE REQUISIÇÃO

Requisição de Serviços de Impressão em Grande Formato N° XX

Quantidade de Pranchas	Formato / tamanho	Descrição dos Serviços e Local	Profissional Requerente

Assinatura / Autorizo

Data: / / 20xx

Assinatura Recebido

Data: / / 20xx

8